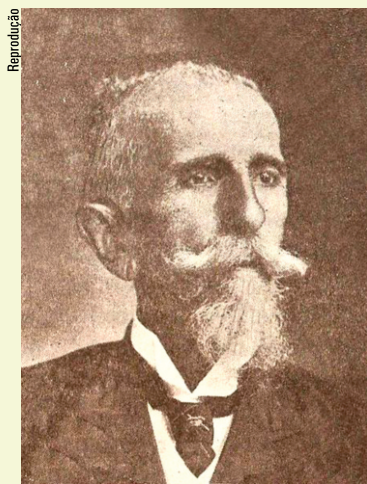


## PERSONAGENS

# O excêntrico Barão de Catas Altas



Entre as muitas figuras que marcam a história de Minas, uma das mais excêntricas é João Batista Ferreira de Sousa Coutinho, o Barão de Catas Altas. Considerado o homem mais rico do Brasil, durante o Primeiro Império, as muitas histórias que se contam sobre sua vida são marcadas pela grandeza, a extravagância e até por um pouco de maluquice.

Conta-se que, durante a fase áurea (literalmente!) de sua riqueza, o Barão tinha por hábito promover banquetes inesquecíveis em Gongo Soco e recebia os

convidados com uma chuva de ouro em pó, seus cavalos eram ferrados com ferraduras de ouro e ele teria presenteado dom Pedro I, que lhe fez uma visita, com uma baixela de ouro maciço.

Segundo alguns textos da época – um deles, nas *Ephemerides Nacionaes*, do dr. Teixeira de Mello (1839) – João Batista foi sacristão em Catas Altas. Mais tarde, teria herdado parte da mina de Gongo Soco (cujas ruínas, no município de Barão de Cocais, foram tombadas pelo Iepha em 1995), pertencente a seu sogro e da qual era administrador, e tendo usurpado o resto da propriedade, ficou prodigiosamente rico.

Julgando a mina inesgotável, quanto ouro extraísse da terra, tanto ele gastava. Dizem que, em seus opulentos banquetes, costumava quebrar louças e cristais somente para ter o prazer de exibir nova baixela na refeição seguinte. Uma das maiores bizarrices que se contam sobre ele, diz que certo dia mandou fazer avelãs em ouro maciço para serem distribuídas à sobremesa a seus convidados!

Nos tempos de maior riqueza, além de Gongo Soco, chegou a ter belas residências em Caeté, Ouro Preto, Sabará, Santa Luzia e Brumado. Ao viajar, se fazia acompanhar por cerca de 40 aduladores, para os quais pagava todas as despesas.

Folclore ou fato, o que se diz é que, ao presentear Pedro I com a baixela de ouro maciço, foi indagado seu nome pelo imperador. Ao ouvir o extenso “João Batista Ferreira de Souza Coutinho”, o Imperador teria replicado: “Mais comprido é o nome do que a pessoa”; já que o ricoço era de estatura bastante baixa. Alguns dizem que, para consolá-lo, dom Pedro o nomeou Barão de Catas Altas; já outros afirmam que João Batista pagou – e muito caro – para receber o título.

Lá pelas tantas, acreditando estar a mina esgotada, o Barão vendeu-a para a companhia inglesa Imperial Brazilian Mining Association, gastando todo o dinheiro obtido rapidamente. Porém, refez fortuna ao comprar, por uma bagatela, a Mina de Macaúbas, de onde extraiu ouro a não acabar mais, até vendê-la a outra companhia inglesa. Segundo consta, suas extravagâncias acabaram por deixá-lo na pobreza, tendo morrido em 1839, cercado por seus credores.

Há quem coloque em dúvida essas histórias que cercam o excêntrico personagem de Catas Altas. Ao pesquisar sobre seus antepassados para escrever sobre a origem de sua família, Darcy Duarte Figueiredo encontrou dados que, considera, vão contra toda a lenda em torno do Barão. Daí resultou o livro *A Verdade sobre o Caluniado Barão de Catas de Altas e a Mina de Gongo Soco – Raízes das famílias Dias Duarte, Figueiredo, França, Teixeira de Mello e seus antepassados*.

Entre outras coisas, o autor questiona a história da baixela dada pelo Barão ao Imperador. Segundo suas constatações, a visita de dom Pedro I a Gongo Soco teria acontecido em 1831, quando o Barão estaria vivendo já modestamente como arrendamento (e não venda) da Mina de Macaúbas. Sendo assim, seria impossível tal presente.

Darcy também coloca em xeque autoria do artigo publicado nas *Ephemerides Nacionaes*, do dr. Teixeira de Mello. Segundo ele, o suposto autor do texto teria nascido em 1833, ou seja, estaria com 6 anos quando o Barão morreu e foi editada a publicação.



Antiga sede da fazenda do Barão de Catas Altas, em registro de 1910

## Serra de São Domingos, em Poços de Caldas, traduz a identidade regional

Página 11



Como outras paisagens culturais, a serra, tombada pelo Iepha, registra as interações entre o homem e o ambiente que a cerca

## PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



Confira na página 08

## Ex-presidente do Iepha assume Iphan com proposta de gestão integrada do patrimônio

Página 03

## Homenagem a Affonso Ávila, um dos criadores do Iepha

Páginas 04 e 05

## Entrevista: Presidente da Fundarpe fala sobre atuação na preservação

Páginas 06 e 07

**Impresso Especial**

7397091256-DR/MG  
IEPHA/MG

...CORREIOS...



## Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

Este mês de outubro teve início com duas notícias impactantes para nós, da equipe do Iepha. No dia 26 de setembro, perdemos um dos fundadores do Instituto, o poeta, ensaísta e estudioso do barroco Affonso Ávila. Em meio ao sentimento desta perda irreparável, recebemos uma notícia, desta feita, a ser celebrada: a indicação da mineira, ex-presidente do Iepha, Jurema Machado, para presidir o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Affonso Ávila com juntamente com o advogado Abílio Machado estabeleceram os alicerces deste órgão de proteção ao patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais. Homem das letras, poeta reconhecido fora das fronteiras mineiras, Affonso esteve desde sempre sensível à questão da preservação. Além de ter sido um dos criadores do Iepha, continuou ligado ao Instituto, tendo sido superintendente de Pesquisa, Tombamento e Divulgação na década de 1980.

Nas comemorações dos 40 anos do Iepha, celebrados em 2011, tivemos o privilégio de contar com a presença de Affonso Ávila que, num encontro informal com os servidores da casa, relembrou o processo de criação da instituição.

Quem também participou da celebração das quatro décadas do Iepha foi Jurema Machado, que presidiu o Instituto entre 1995 e 1998, e que agora nos orgulha ocupando a presidência do Iphan. Depois de sua experiência à frente da instituição estadual, Jurema foi coordenadora de Cultura da Unesco no Brasil e, no período, continuou atenta às questões da proteção do patrimônio de Minas Gerais.

A gestão de Jurema no Iepha teve como uma de suas marcas a implantação do ICMS Patrimônio Cultural, programa vitorioso – reconhecido pelo Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Iphan, em 2002 – e que serve de inspiração para outros estados brasileiros criarem projetos semelhantes.

Nesta edição, o Bem Informado traz matérias sobre esses dois mineiros em reconhecimento à destacada atuação de ambos para o estudo e a preservação do patrimônio cultural não só de Minas Gerais, mas também do Brasil. A Affonso, nosso agradecimento; a Jurema, nossos votos de muito sucesso.

Fernando Viana Cabral  
Presidente



## Peça Desaparecida

A imagem de Nossa Senhora do Rosário foi roubada da Igreja do Rosário, em Itabirito, em 10 de maio de 1997. A peça do século XVIII, esculpida em madeira policromada, tem 110 cm de altura, 33 cm de profundidade e 50 cm de largura.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.

## Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Governador: Antônio Augusto Anastasia  
Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
Secretária: Eliane Parreiras  
Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS  
Presidente: Fernando Viana Cabral  
Vice-presidente: Pedrovaldo Caram Santos  
Chefe de Gabinete: Danielle Faria  
Diretor de Conservação e Restauro: Renato César J. de Souza  
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior  
Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira  
Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)  
Textos: Adalberto Andrade Mateus (MG 17581JP) e Érika Santos (MG 012987JP)  
Diagramação: Pablo do Prado Soares  
Fotos: Izabel Chumbinho  
Impressão em papel Reciclado 90g/m<sup>2</sup>  
Tiragem: 2.600 exemplares – Periodicidade: mensal  
Impressão e acabamento: Rona Editora

Confira todas as edições do Bem Informado no nosso site ([www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br)) no menu publicações.



CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº – 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte – MG  
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br)  
Envie sua sugestão para: [iepha@iepha.mg.gov.br](mailto:iepha@iepha.mg.gov.br)



BEM TOMBADO

## Serra de São Domingos – Poços de Caldas



Localizada no município de Poços de Caldas, Sudoeste de Minas Gerais, a Serra de São Domingos é um dos bens culturais protegidos pelo Artigo 84 das Disposições Constitucionais Transitórias, apresentadas pela Constituição Estadual. Pelo artigo, “ficam tombados para o fim de conservação e declarados monumentos naturais os picos do Itabirito ou do Itabira, do Ibituruna e do Itambé e as serras do Caraça, da Piedade, de Ibitipoca, do Cabral e, no planalto de Poços de Caldas, a de São Domingos”.

Entendida como uma paisagem cultural, capaz de traduzir a identidade regional e as interações entre o homem com o ambiente que o cerca, a Serra de São Domingos tem intrínseca relação com a cidade de Poços de Caldas. Estando a aproximadamente 1.600 metros acima do nível do mar, a serra, que integra o Maciço da Mantiqueira, tem em sua porção Sul área de mata preservada e em sua porção Norte se dá maior intervenção humana, com áreas de reflorestamento de eucaliptos e pinheiros, condomínios residenciais e antigas áreas de mineração.

Desde o século XIX, a encosta da serra atrai a atenção dos viajantes e dos moradores da localidade, implantada a seus pés. O diálogo entre a área urbana e a área natural é um dos destaques desse cenário que foi visitado por inúmeros viajantes naturalistas que passaram na região como Auguste de Saint Hilaire (por volta de 1816 a 1822) e Spix e Martius (1817 a 1829).

A apropriação da serra pelos moradores de Poços de Caldas se dá por várias maneiras, sendo que a iniciativa mais evidente do entendimento desse patrimônio cultural foi a construção da Fonte dos Amores em 1929 e a instalação de uma escultura do artista napolitano Giulio Starace (Itália, 1871 – Brasil, 1941), que representa, em mármore branco, o amor de dois jovens abraçados.

Em maio de 1938, o jornal *Revista de Poços de Caldas* publicou um texto chamado *Fantasia Realizáveis*, em que o escritor Léo Ferrer defendia que, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro, fosse construído no alto da Serra de São Domingos um monumento representando a imagem de Nossa Senhora da Saúde, padroeira local. Não se sabe ao certo se a sugestão do escritor é que inspirou, após 20 anos, a formação de uma comissão encarregada de organizar

a construção de um monumento religioso, agora dedicado ao Cristo, que foi inaugurado em 13 de maio de 1958 no cume da serra. A imagem, preparada pela Oficina Artística de Ottaviano Papaiz, de Campinas (SP), tem 16 metros de altura e 20 toneladas. O Cristo, abençoado pelo bispo diocesano de Guaxupé, dom Inácio João Dal Monte, passou a ser referência na paisagem da cidade até os dias de hoje.

Para se ter acesso ao Cristo foi inaugurado, em 1975, o teleférico que é um dos atrativos mais frequentados pelos turistas e se destaca no Brasil como sendo um dos que percorre uma das maiores distâncias – cerca de 1,5 quilômetros. Destaca-se ainda na paisagem da serra o Recanto Japonês, réplica de um jardim nipônico, com construções e vegetações típicas.

A serra recebeu a sua primeira proteção em novembro de 1988, com a promulgação do Decreto Municipal nº 4.197, que criou o Parque Municipal da Serra de São Domingos. Entre as motivações para a proteção destacam-se a necessidade da proteção da floresta urbana com sua fauna e flora, cachoeiras, córregos, fontes, montanhas e vales. A efetivação do parque, paralisada durante um tempo, foi retomada somente em 1996 com o levantamento das áreas de entorno, a topografia, a vegetação e a fauna locais.

### Conjunto Paisagístico

O planalto de Poços de Caldas, sobre o qual a cidade está assentada, se localiza na borda ocidental da Serra da Mantiqueira. A região, de origem vulcânica, é delimitada por um anel de montanhas com altitudes variando de 1.500 a 1.700 metros.

A vegetação, que pode ser classificada como sendo de campo e floresta tropical, apresenta, em pequenos grupos ou até mesmo isolados, pinheiros da espécie *araucaria angusifolia*.

“Convém destacar que o Conjunto Paisagístico da Serra de São Domingos é sempre lembrado como um dos atrativos naturais da cidade de Poços de Caldas. Tradicionalmente, a Serra é identificada como um elemento paisagístico da cidade, formando uma espécie de moldura para o espaço.” (trecho do Dossiê de tombamento).

## Prédio da primeira fase da construção de BH volta a exibir marcas do ecletismo



▲ Com ornamentação elaborada, prédio é um dos exemplares do estilo eclético em BH

Antes abandonado e descaracterizado em suas linhas construtivas, o casarão retomou sua beleza com processo de restauração que devolveu elementos ornamentais como os motivos florais.

Tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do município de Belo Horizonte, o prédio recebeu a equipe do Iepha em 1988, quando foi uma das edificações listadas no Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG), dentre as estruturas arquitetônicas e urbanísticas da 2ª seção urbana da capital.

### Reflexo de novos tempos

O casarão, conhecido como Pensão Rodoviária, é um dos mais antigos do período da construção de Belo Horizonte. Seguindo o estilo eclético, o prédio faz parte das edificações construídas na primeira fase da cidade (delimitada por muitos pesquisadores entre 1895 e 1914).

Com a decisão de transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte (antigo arraial de Curral Del Rei), na década de 1890, e com a criação da Comissão Construtora da Nova Capital, diretrizes foram estabelecidas para a nova cidade que surgia na prancheta dos engenheiros que a planejavam. Como se tratava do início da era republicana, com forte negação ao passado colonial e agrário, a nova capital deveria surgir com um discurso afinado com o progresso prenunciado pelo novo sistema político.

Belo Horizonte teve recuperada, nos últimos meses, uma das construções representativas da primeira fase de sua implantação. Localizada na Avenida Olegário Maciel, 50, região central da cidade, e bem próxima ao Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, o prédio da antiga Pensão Rodoviária passou por recuperação, devolvendo à paisagem urbana um típico exemplar da arquitetura eclética desenvolvida nos primeiros anos do século XX.

A edificação, que teve seu projeto aprovado em 1913, foi construída pelo Escritório de Architectura Lapertosa. Destacam-se na execução do projeto o arquiteto e desenhista José Lapertosa (Itália, 1844 – 1935) e seu filho, o arquiteto e construtor, Otaviano Lapertosa (Itália, 1889 – Brasil, 1944). José Lapertosa teve sua matrícula de desenhista registrada na então Diretoria de Obras Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte, em 1911, e Otaviano participou da fundação da Escola de Arquitetura da UMG, em 1930<sup>1</sup>.

Dividida em dois pavimentos, a construção foi implantada no alinhamento da então Rua do São Francisco esquina com Rua dos Caetés. Posteriormente, a avenida recebeu a atual denominação, em homenagem ao ex-governador mineiro.

De ornamentação elaborada, a edificação apresenta um quadro central com duas janelas no segundo pavimento, ladeadas por duas sacadas dispostas em cada uma das laterais e resguardadas por guarda-corpo em ferro trabalhado. Destacam-se ainda na edificação as colunas de inspiração clássica que conferem elegância ao prédio, que dentre outros usos, já abrigou uma pensão.



▲ Ficha de inventário realizada pelo IEPHA em 1988 apontava algumas descaracterizações no prédio



▲ Janelas do pavimento superior ladeadas por colunas encimadas por capitel que mescla os estilos coríntio e jônico

A arquitetura e o espaço urbano deveriam refletir as novas ideias, decretando o fim de uma era representada pela imagem das velhas casas primitivas do Curral Del Rei. Para proclamar os novos tempos, o estilo eclético foi escolhido por representar riscos modernos no espaço urbano da nova capital do estado.

Com fachadas desenhadas e harmoniosas, coroadas por platibandas, ornamentos com relevos em massa, varandas laterais ostentando lambrequins e guarda-corpos em ferro artisticamente trabalhados, o ecletismo vigorou na arquitetura desenvolvida em Belo Horizonte durante toda a primeira fase da cidade com ecos até os anos 1930.

Nesse contexto surgiu o palacete-comércio – assim chamado pelas suas funções mistas de residência, no primeiro pavimento –, e comércio, no térreo, que ajuda a contar muito da história de Belo Horizonte.

<sup>1</sup> Informações do Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte: 1894/1940. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997.



### ENTREVISTA – Jurema Machado

## Ex-presidente do Iepha assume o Iphan com proposta de fortalecer gestão integrada e compartilhada do patrimônio

A mineira Jurema Machado, que presidiu o Iepha entre 1995 e 1998, é a nova presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Empossada no último dia 8, Jurema falou ao Bem Informado sobre as suas expectativas e os desafios à frente da instituição federal de proteção do patrimônio cultural.

### Em que medida sua experiência à frente do Iepha e da Coordenação de Cultura da Unesco vão contribuir para sua gestão no Iphan?

Quando busco na minha trajetória profissional as referências para o trabalho que se inicia agora no Iphan, vejo um mosaico de experiências que, ainda que não intencionalmente, hoje se mostram cumulativas e convergentes. A primeira delas, no Plambel, responsável pelo planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, é de onde vem meu interesse pela temática das cidades, que até hoje direciona meu olhar sobre o patrimônio. O trabalho na área central de Belo Horizonte, e depois em Ouro Preto, embora focados na preservação, sempre tiveram como pano de fundo os aspectos urbanísticos, o uso do solo, os serviços urbanos e a relação das pessoas com o ambiente urbano.

O Iepha foi minha primeira grande oportunidade de associar a vivência anterior com a gestão de recursos, de pessoas e, sobretudo, o lugar por excelência de aprendizado na arte de fazer relativamente muito com poucos meios, o que é a tônica do setor público no campo do patrimônio. E isso em um estado com a riqueza e a diversidade de Minas Gerais. A Unesco me deu, antes da dimensão internacional, a dimensão do país. Foi quando compreendi que os problemas com que me defrontava na dimensão regional eram da mesma natureza daqueles de todo o país, e até mesmo na escala internacional. No início, senti a estranheza do distanciamento, ao constatar que nenhum desafio era tão único e particular como eu pensava quando estava visceralmente envolvida com ele nos lugares onde está minha história de vida. Foi preciso reencontrar a emoção que nos move para transformar as coisas, o que, passado o impacto inicial, não foi difícil.

### Como vê a criação do Fórum Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural liderada pelo Iepha/MG, IPAC/Bahia e Fundarpe/Pernambuco?

Vejo como uma iniciativa importante em favor de uma atuação politicamente reforçada e mais coordenada entre os entes da federação. A Constituição diz – e todos sabemos – que assim deve ser, mas pouco nos animamos a sair do nosso cantinho e buscar articulações como essa a que o Fórum se propõe. Vida longa para ele; que seja um interlocutor privilegiado na consolidação do Sistema Nacional do Patrimônio, tarefa prioritária também para o Iphan nos próximos anos.



Foto: Mitha Salem

### O primeiro presidente do Iphan foi o mineiro Rodrigo Mello Franco de Andrade e agora temos dois presidentes consecutivos também mineiros, o Luiz Fernando de Almeida e a senhora. Podemos dizer que o mineiro tem um olhar diferenciado sobre o patrimônio cultural?

Somente quando saí de Minas e me inseri em equipes multiculturais pude reconhecer que temos, de fato, algumas particularidades, que se prestam bem à gestão do patrimônio. Talvez resultem do convívio com um acervo tão rico como o de Minas, mas as vejo mais como uma espécie de “gosto atávico” pelo trato com as diferenças e pela busca de permanências, pela recusa do efêmero e do superficial. Só se consegue avançar no campo do patrimônio com pequenas, persistentes e cotidianas conquistas, sem soluções mágicas e sem imediatismos.

Os marcos sólidos e definitivos da “era Rodrigo”, assim como os avanços impressionantes na gestão do Luiz Fernando para o Iphan, têm em comum esse olhar em profundidade, ao mesmo tempo pautado por uma construção que se faz incessantemente, um dia de cada vez. Espero ser capaz de persistir, sem bairrismos e sem excluir a diversidade e o conflito criativo, na busca desse “espírito de Minas”. É, no mínimo, uma grande inspiração, que espero conseguir manter no horizonte.

### O programa PAC Cidades Históricas é a principal bandeira, no momento, do Iphan para a preservação do patrimônio?

Nosso desafio, além da implantação do ambicioso programa de obras do PAC, estará em fazer do programa um catalisador da ação do Iphan também na salvaguarda e valorização dos bens imateriais, na promoção do patrimônio e na formação para a preservação. A principal bandeira é uma gestão cada vez mais abrangente, integrada e compartilhada do patrimônio; o PAC Cidades Históricas, além dos seus resultados diretos, deve ser um instrumento para que essa forma de gestão amadureça e se consolide.

## Affonso Ávila, uma vida em defesa do patrimônio cultural

Em 26 de setembro de 2012, o Brasil perdeu um dos principais poetas do século XX. Minas perdeu, além do poeta, um dos mais legítimos defensores de seu patrimônio cultural.

Nascido em Belo Horizonte a 19 de janeiro de 1928, Affonso Celso Ávila marcou seu tempo com uma trajetória dedicada à cultura brasileira. Seja em estudos e ensaios sobre o barroco, seja em sua militância profissional, sua participação foi pioneira e decisiva na definição da política de preservação do patrimônio cultural mineiro.

Sua ligação com a temática do barroco tem como marco o ano de 1967, com a publicação do ensaio *Resíduos seiscentistas em Minas*. A obra redefiniu a visão e os estudos sobre o barroco no Brasil. Para o pesquisador, os estudos sobre o período deveriam extrapolar os enfoques artístico e arquitetônico pelos quais até então era encarado, partindo para sua conceituação de síntese da mentalidade de um determinado período. O ensaio lhe deu o Prêmio de Erudição “Cidade de Belo Horizonte”. E, em 1968, recebeu em Brasília o “Prêmio Nacional de Ensaio”.

O protagonismo de Affonso Ávila em relação ao patrimônio cultural torna-se evidente no ano de 1968, quando, ao lado de nomes como Vinícius de Moraes, Murilo Rubião, Domitila do Amaral e Eloy Heraldo Lima, foi um dos responsáveis pela criação da Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop).

No ano de 1969, Affonso marca novamente presença na cena cultural com a criação e lançamento da revista *Barroco*, dedicada a apresentar os estudos que se avançavam para as diversas expressões do período, seja nas artes plásticas ou música, na arquitetura e na literatura. Contando com a participação de diversos especialistas no tema, como a pesquisadora Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, *Barroco* se firmou como uma das principais revistas culturais do país. Destaque do período são as diversas palestras, colóquios e seminários realizados, como o I Congresso do Barroco no Brasil/Arquitetura e Artes Plásticas, em 1981, e o II, em 1989. Os eventos trouxeram novamente ao Brasil nomes de peso como o dos pesquisadores German Bazin e John Bury.

### | A Criação do Iepha

Em 1970, governadores de 22 estados assinaram o Compromisso de Brasília, no qual se comprometiam a criar, em instância estadual, estruturas que ampliassem e dessem condições à atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan (atual Iphan). O governador de Minas Rondon Pacheco convocou o secretário de Estado de Governo Abílio Machado Filho e seu assessor técnico-consultivo Affonso Ávila para redigirem o projeto de lei que criaria a instituição responsável pela proteção do patrimônio mineiro.

Na edição do *Bem Informado* nº13 (disponível em [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br)) e no *Iepha Discute* comemorativo dos 40 anos do Instituto, Ávila relembrou o momento de criação da instituição: “Foram meses de contatos, pesquisas; eu consultei toda a bibliografia relativa a patrimônio histórico no Brasil desde a época do projeto do Jair Lins, na década de 1920, que foi o precursor da criação do Sphan (...). No dia 30 de setembro de 1971 nós vimos finalmente a publicação da Lei nº 5.775. Aliás o nome Iepha foi eu quem criei”. Affonso destacou ainda o apoio recebido do então secretário de Estado de Educação, Caio Benjamin Dias, e o do próprio governador que apadrinhou a criação do Iepha.



Técnico de Planejamento e Pesquisa da Fundação João Pinheiro, Affonso retomou novamente um contato mais direto com o Iepha no início da década de 1980. Convocado para voltar à instituição para implementar as linhas de atuação pensadas à época da criação e que, até então não haviam sido organizadas, Affonso assume a Superintendência de Pesquisa, Tombamentos e Divulgação e, posteriormente, a Assessoria de Estudos e Projetos.

Jornalista profissional, registrado em 1959, coube a Affonso a fundação e edição do informativo *Acervo*, antecessor do *Bem Informado*. Lançado em julho de 1980, *Acervo* foi o primeiro veículo de comunicação do Iepha, e tinha como missão noticiar a atuação da instituição, sendo um primeiro instrumento de interação entre a sociedade e o trabalho realizado.

É dessa época também a participação de Affonso Ávila na redação dos pareceres constantes dos processos de tombamento efetuados pelo Iepha. Seu olhar poético e sua sensibilidade foram impressos em pareceres como o da Capela de Nosso Senhor dos Passos, localizada no distrito de Córregos, em Conceição do Mato Dentro. Assinado em 26 de fevereiro de 1981, diz o texto: “O nosso já prolongado convívio com o diversificado acervo histórico-arquitetônico de Minas Gerais tem nos ensinado a lição de que nem sempre o vulto de um monumento representa um índice de valor e expressividade em termos de arquitetura religiosa. Dezenas de pequenas capelas, disseminadas

## Aniversário do Iepha é comemorado com novidade



No dia 30 de setembro, o Iepha encerrou o ciclo comemorativo de suas quatro décadas. O Instituto chega aos 41 anos com vários projetos e ações em andamento e traz uma novidade: a adoção de uma nova logomarca. A alteração foi definida com objetivo de dar maior visibilidade à marca, reforçando, assim, a imagem da instituição.

A nova logomarca do Iepha tem como características a representação do poder, no triângulo em vermelho; nossas riquezas naturais, na linha de montanhas; e as edificações, na sigla.



### | Comemoração

No dia 28 de setembro, os funcionários do Iepha foram presenteados com a excelente apresentação do violoncelista Daniel Tamietti, aluno do Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado – Cefar. E como instituição que lida com a memória, a servidora Elizabeth Sales, arquiteta da Gerência de Patrimônio Material, relembrou alguns “causos” da história do Iepha.

## Esclarecimento de dúvidas a distância



Preocupado com as mudanças que a Deliberação 02/2012 – que versa sobre o repasse de recursos estaduais aos municípios via ICMS Patrimônio Cultural – trouxe para o Exercício 2014, o Iepha preparou uma série de eventos para ampliar a sua divulgação.

No dia 26 deste mês, contando com o apoio da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, através dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's), foi feita uma videoconferência. Quem esteve presente em dos 71 CVT's, espalhados por todo o estado, pôde acompanhar e tirar dúvidas sobre a Deliberação.

Antes disso, os eventos começaram com a Rodada do ICMS em Belo Horizonte, no dia 17 de setembro, seguindo para Governador Valadares, Uberlândia, Araçuaí, Pouso Alegre e São João Del Rei. No dia 22 deste mês, foi realizada uma rodada específica para especialistas e empresas de consultoria que prestam serviços aos municípios.

O Iepha disponibilizou, ainda, um documento com todas as dúvidas encaminhadas para o email [icms@iepha.mg.gov.br](mailto:icms@iepha.mg.gov.br). O documento está disponível em <http://migre.me/bizgu>.

## PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

### | Igreja Nossa Senhora do Ó – Sabará

O detalhe desta edição está situado no altar da Igreja de Nossa Senhora do Ó, em Sabará. Também chamado de Capela de Nossa Senhora do Ó e Capela do Ó, o templo religioso foi construído em 1719. A edificação possui rica talha barroca de estilo D. João V, com pinturas de chineses (matéria no Bem Informado nº14), em ouro sobre vermelho e azul, imitando as lacas de estilo oriental. No arco-cruzeiro, a talha dourada apresenta painéis octogonais de fundo azul, com pássaros, pagodes e outros elementos com fortes traços orientais



Azeroni Iepha/IMG

## BLOCO DE NOTAS



Azeroni Iepha/IMG

### | Painel reunificado

Uma das mais completas representações artísticas sobre a história e o desenvolvimento de Minas Gerais está novamente ao alcance do olhar do grande público. O painel *Da Descoberta do Brasil ao Ciclo Mineiro do Café*, da artista Yara Tupynambá, foi recuperado e colocado na Galeria de Arte do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O mural foi encomendado, em 1973, em duas peças (9mx3m e 7,8mx3m) para ocupar as paredes paralelas do antigo restaurante da Assembleia que, em 1996, foi readaptado e subdividido para abrigar gabinetes. Com isso, o painel deixou de ser visto em conjunto e ficou inacessível ao público.

A transposição e reunificação das partes da obra foi pactuada em um protocolo de cooperação técnica, assinado por representantes da ALMG, Iepha, Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura de BH, Instituto Yara Tupynambá e pela própria artista.

### | Novos tombamentos

O Iepha começou, no último mês, o processo para tombamento de dois dos mais significativos bens do período colonial mineiro: o Colégio Dom Bosco, no distrito de Cachoeira do Campo, em Ouro Preto, e a Fazenda Santa Clara, em Santa Rita do Jacutinga. Segundo a gerente de Patrimônio Material do Iepha, Rosana Marques, os dossiês de tombamento devem estar prontos para serem apresentados ao Conep dentro de cerca de quatro meses.

O Colégio Dom Bosco (1779) já serviu de cavalaria, internato, escola, hotel e centro de convenções. Já a Fazenda Santa Clara, construída entre 1760 e 1780, famosa por ter 365 janelas, ficou conhecida em todo país ao servir de cenário para a novela *Terra Nostra*, entre 1999 e 2000.

### | Igrejas e Bens Culturais

Refletir sobre as técnicas de conservação e salvaguarda do patrimônio cultural da Igreja e sua importância na evangelização, é um dos objetivos do 2º Seminário Igreja e Bens Culturais – Evangelização e Preservação, que será realizado nos dias 22 a 25 de outubro, em Belo Horizonte (MG).

Organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Leste 2 (Minas Gerais e Espírito Santo), por meio da Comissão de Bens Culturais da Igreja, o seminário conta com a participação do presidente do Iepha, Fernando Cabral, que vai falar sobre *Preservação dos Bens Culturais*; da gerente de Identificação do Instituto, Angela Dolabela Canfora, com o tema *Inventariação e Catalogação de Bens Culturais*; e da gerente de Elementos Artísticos, Ana Panisset, abordando *Medidas de Segurança na Preservação dos Bens Culturais*.



Foto: F. Nara

Observado por José Aparecido de Oliveira, Tancredo Neves e Suzy de Mello, entre outros, Affonso Ávila toma posse na comissão para avaliação da legislação patrimonial, em 1983

por várias regiões do interior mineiro, traduzem a nosso ver, pela singularidade construtiva ou de implantação no sítio, maior beleza de concepção e realização arquitetônica do que a que possa transparecer em muitas igrejas matrizes de grande porte. Está neste caso a singela, porém harmoniosa e mesmo comovente Capela do Senhor dos Passos". O templo foi tombado por meio do Decreto nº 24.329/1985, sendo inscrito no livro do Tombo Histórico.

Affonso Ávila fez parte ainda de comissão designada pelo governador Tancredo Neves, presidida por Afonso Arinos de Melo Franco, com participação de pesquisadores como Francisco Iglésias, e o secretário de Estado de Cultura, José Aparecido de Oliveira, que discutiria a reformulação de toda política na área de patrimônio.

Como nem tudo são conquistas em qualquer trajetória profissional, Affonso teve um grande revés em sua militância que, inclusive, o afastou de um contato mais direto com a área do patrimônio por vários anos. A questão da demolição do Cine Metrô, em Belo Horizonte, frustrou o poeta que manteve suas convicções até o final. Em parecer datado de 10 de junho de 1983, Affonso registra que o "processo instruído e aprovado pelo Conselho Curador do Iepha é técnico e legalmente perfeito. (...) Ao tombamento, por seu mérito histórico-cultural pertinente e pela sua relevância nos desdobramentos de uma política de proteção ao patrimônio em Belo Horizonte e, por extensão no Estado, cabe a acolhida da via de homologação prevista na lei estadual".

Com o desenrolar dos fatos que levavam ao não tombamento do bem, Affonso renunciou a sua participação na Comissão Especial de Análise sobre o caso e desligou-se da comissão anteriormente designada para reformulação da política relativa ao patrimônio histórico. A partir de então, Affonso reassumiu suas funções na Fundação João Pinheiro, mas nunca se desligou do Iepha: "Sempre tive o Iepha como uma das coisas mais caras da minha vida", afirmou Ávila em 2011.

Em sua residência, em Belo Horizonte, Affonso Ávila manteve verdadeiro 'escritório' à disposição da cultura mineira e, em atividade até às vésperas de seu falecimento, dedicava seu tempo à preparação de nova edição da revista *Barroco* e também de um livro sobre a sua decisiva participação na preservação do patrimônio cultural ao longo de mais de 20 anos.

### História e patrimônio na obra de Affonso

- Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco, de 1967. 2ª edição revista e atualizada. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006. (Com edição crítica e fac-similar do Triunfo Eucharístico, Lisboa, 1734, e Aureo Throno Episcopal, Lisboa, 1749).
- O lúdico e as projeções do mundo barroco, de 1971. 3ª edição ampliada em dois volumes: I – Uma linguagem a dos cortes; Uma consciência a dos lucas; II – Áurea Idade da Áurea Terra. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994. Coleção Debates, 35.
- O teatro em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX. Ouro Preto: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura/Museu da Prata, 1978.
- Barroco Mineiro/Glossário de arquitetura e ornamentação, de 1979. 3ª edição lançada em 1996 pela Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, Coleção Mineiriana. Com a colaboração dos arquitetos João Marcos Machado Gontijo e Reinaldo Guedes Machado.
- Iniciação ao barroco mineiro. São Paulo: Nobel, 1984. Com a colaboração de sua filha, a historiadora Cristina Ávila.
- Minas Gerais/Monumentos históricos e artísticos – Circuito do Diamante. Coordenação e redação definitiva. Belo Horizonte, revista Barroco 16/Fundação João Pinheiro, Coleção Mineiriana, 1994. Edição comemorativa dos 25 anos da revista divulgou o amplo trabalho coordenado por Affonso Ávila, Myriam Ribeiro de Oliveira, Francisco Iglésias, Hélio Gravatá, com participação dos técnicos da Fundação João Pinheiro, nos anos de 1978/81, no levantamento dos bens culturais do Circuito dos Diamantes.

### Sobre Affonso

- Fortuna crítica de Affonso Ávila. Introdução de Melânia Silva de Aguiar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006.



ENTREVISTA – Severino Pessoa dos Santos

# É preciso mais recursos para preservação do patrimônio

**D**esde 2001 à frente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), Severino Pessoa dos Santos assumiu também, este ano, a vice-presidência do recém-criado Fórum Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural.

Quase da mesma idade do Iphan, a Fundarpe foi criada em 1973 e hoje é vinculada à Secretaria de Educação pernambucana. Seu objetivo principal é a promoção, o apoio, o incentivo, a preservação e a difusão das identidades e produções culturais do estado de Pernambuco, com foco na inclusão social.

Em entrevista ao **Bem Informado**, Severino Pessoa falou, entre outras coisas, sobre as tradições culturais pernambucanas e sobre o Registro do Patrimônio Vivo instituído naquele estado desde 2002. Confira.

**O senhor tem formação como advogado, contador e professor. Como começou a sua atuação com o patrimônio?**

Meu envolvimento começou quando fui nomeado diretor-presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe. Compreendi, de imediato, a necessidade de haver uma maior atenção para a gestão do patrimônio cultural, pois o patrimônio material e imaterial contempla a memória e a identidade do nosso povo. É preciso haver uma ação mais efetiva na preservação do patrimônio cultural e, para isto, é necessário que os estados e municípios tenham mais recursos orçamentários destinados ao setor.

**Pernambuco é conhecido em todo o mundo por sua sonoridade e, principalmente, pela dança, o frevo. Quais outras manifestações culturais são características do estado?**

Além do frevo – que é uma manifestação cultural genuinamente pernambucana, inclusive, se tornou patrimônio cultural imaterial do Brasil, sendo que atualmente concorre para obter o reconhecimento como patrimônio cultural imaterial da humanidade –, o nosso estado contempla ainda uma grande diversidade cultural. Destacam-se o maracatu, o caboclinho, o cavalo marinho, a mazurca, o coco de roda, o pastoril, a tradição das bandas filarmônicas, as quadrilhas juninas, a ciranda, a música do mangue (mangue beat), o forró, a cultura dos povos tradicionais (quilombolas, indígenas, afrodescendentes e ciganos), além de o estado também ser conhecido pela grande produção de teatro, literatura, dança, cinevideo, festivais de cultura etc.

**Desde 2002, Pernambuco possui o Registro do Patrimônio Vivo, atualmente contando com 27 deles em atividade. Qual a importância dessas pessoas / grupos para o patrimônio do estado?**



Acervo Fundarpe

Normalmente, os grandes nomes da cultura só são homenageados depois de mortos. O nosso Estado editou lei, instituindo o registro de patrimônio vivo. Tal iniciativa passa a reconhecer e homenagear os grandes nomes ou entidades da cultura de Pernambuco, principalmente no âmbito da cultura popular e, ainda, no campo da música, artesanato, literatura, artes cênicas etc. Anualmente é publicado edital público e os candidatos são indicados. Aqueles que indicam devem apresentar a documentação e as provas que evidenciam a produção cultural e artística do indicado, com vistas a concorrer às três vagas anualmente abertas para o título de patrimônio vivo de Pernambuco.

Entre os requisitos constantes na Lei Estadual e no edital, o indicado – ou indicada – deverá residir no estado há pelo menos 20 anos, bem como ter também 20 anos de militância na linguagem cultural da categoria de que participa. As inscrições são realizadas na Fundarpe, que instrui o processo de cada indicado – ou indicada – e, em seguida, tal processo é enviado ao Conselho Estadual de Cultura, que escolhe três nomes, entre eles, que serão homologados pelo governador do Estado. A partir da decisão do governador, decorre a publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

Uma vez registrado como patrimônio vivo, o homenageado passa a receber, enquanto vida tiver, uma remuneração mensal da Fundarpe, que é em torno de um salário mínimo e meio. Para o caso de entidade cultural, o valor é de cerca de três salários mínimos.

**Quais são as maiores dificuldades que o patrimônio de Pernambuco enfrenta hoje?**

São dificuldades que estamos tentando resolver, a exemplo de falta de pessoal do quadro próprio, atualização da legislação, notadamente a de fiscalização do patrimônio tombado, e a obtenção de mais recursos orçamentários para a recuperação e preservação de patrimônio protegido pelo Estado.

**As instituições que cuidam da preservação do patrimônio no país sofrem com os recursos limitados. A busca de parcerias tem sido uma alternativa em alguns estados de viabilizar algumas ações. Isso acontece também em Pernambuco?**

Sim. No momento ainda estamos estudando alternativas para a obtenção de mais recursos financeiros para a preservação do patrimônio cultural, inclusive a possibilidade de captação por meio de um plano de patrocínio junto à iniciativa privada. É difícil, mas, se não tentarmos, nunca saberemos se viável.

**Pernambuco tem 82 bens tombados e dois registrados (Feira de Caruaru e Frevo) pelo Iphan. Como é a relação entre Fundarpe e o Instituto Nacional?**

A relação da Fundarpe com o Iphan é fraternal e de cooperação. Trabalhamos dialogando e discutindo a melhor forma de ação para a preservação do nosso patrimônio cultural.

**No último Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural, que aconteceu em Brasília, o senhor foi eleito vice-presidente do Fórum Nacional. Como o senhor vê a aproximação dessas instituições?**

Vejo como um momento de grande importância histórica para a preservação do patrimônio cultural do país. A ideia da instituição do Fórum começou em Minas Gerais, com Fernando Cabral e a equipe do Iphan. Logo em seguida, Frederico Mendonça, do Ipac/BA, e nós de Pernambuco aderimos à proposta de criação do Fórum Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural.

Ocorreu em abril deste ano o primeiro encontro, reunindo 15 estados, em Recife, onde nós instituímos

o Fórum e elegemos uma diretoria provisória. No mês de setembro passado, tivemos em Brasília o segundo encontro, com a presença de 13 estados. Lá a diretoria, até então provisória, foi efetivada para um período de gestão de dois anos. O presidente é Fernando Cabral, eu, Severino Pessoa, estou como vice-presidente e Frederico Mendonça, da Bahia, como secretário geral. Além de nós foram indicados os coordenadores regionais, no primeiro encontro de Pernambuco, considerando algumas alterações realizadas no segundo encontro em Brasília.

**Podemos dizer que o Fórum das Instituições Estaduais é uma reunião de forças que veio para ficar?**

Entendo que este Fórum Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural veio para ficar, pois, como já afirmado, é preciso que em todos os entes federados do país haja uma maior atenção para as ações de registro/tombamento, preservação e fiscalização do patrimônio Cultural, material e imaterial. Isto só é possível com uma estrutura mais qualificada e estável de recursos humanos e materiais para fortalecer a gestão dos órgãos e instituições do Patrimônio Cultural.

Temos no Brasil um acervo grande e rico, porém ainda estamos, de uma forma geral, com muitas dificuldades, notadamente de falta de recursos orçamentários para empreender uma gestão cultural à altura do patrimônio brasileiro. O Fórum nasce com a perspectiva de que possamos, cada vez mais, sensibilizar os nossos governos para o alcance dos objetivos da organização, que estão delineados na Carta de Recife/Pernambuco.

